

PLANO DE EDUCAÇÃO. Para a assistente social e professora da Ufal Elvira Barretto, o debate sobre gênero nas escolas vai ajudar a “reproduzir menos barbárie” na sociedade



“DISCUSSÃO DE GÊNERO DEVE SER SÉRIA E RESPONSÁVEL”

LUCIANA BUARQUE
REPORTER

Distante do fim, o debate sobre o Plano Municipal de Educação (PME) tende a esquentar ainda mais na audiência pública marcada para a próxima sexta-feira na Câmara de Vereadores de Maceió. E bem longe de uma discussão saudável e preocupada com os rumos da educação local, o que se viu foi um show de desinformação, radicalismo e intolerância sobre um assunto que mexe na ferida do preconceito: a igualdade nas relações de gênero e o respeito à diversidade sexual.

Demonizada pelos que acreditam que falar em relações de gênero – masculino e feminino – é “blasfemar” contra a família, a moral e os bons costumes, a assistente social e professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Elvira Barretto, doutora em Comunicação com ênfase em gênero e juventude, há décadas é reconhecida e respeitada como expoente da área no Estado.

À Gazeta, a professora – que coordena a especialização sobre Gênero e Diversidade na Escola e, há 23 anos, o Núcleo Temático Mulher e Cidadania da Ufal – falou tecnicamente sobre o assunto e alertou para a necessidade de se encarar o tema como saída para o crescimento da violência. “Hoje temos possibilidade de ir às raízes dessas questões, entendendo que é possível ter uma vida mais digna, mais justa, reproduzindo menos barbárie”, disse. “Por isso que sempre alertamos: essa é uma oportunidade”.

Gazeta. Nas discussões sobre os planos de Educação, o conceito de gênero vem sendo deturpado. Frequentemente, faz-se uma relação errônea entre gênero e orientação sexual, por exemplo, e trata-se o termo como algo negativo. O que é o gênero para a ciência?

Elvira Barretto. Gênero é uma categoria teórico-conceitual que foi desenvolvida a partir de várias fases que o movimento feminista acadêmico passou no mundo. Desde a Segunda Guerra Mundial e da Revolução Francesa, as mulheres vêm se organizando e estudando o porquê de tanta discriminação no mundo público, no mundo do trabalho, em casa, e por que se privilegiava que o lugar da mulher era no espaço doméstico. As

mulheres eram vetadas de trabalhar, de sair de casa, então surgiram estudos sobre a condição feminina. Só que com o aprofundamento dos estudos, passou-se a entender que tanto homens quanto mulheres são vítimas de uma estrutura social cuja base cultural reproduz violência. Por isso que se desenvolveu a categoria “gênero”, para desvendar as raízes dessa violência que prejudica homens e mulheres. Falar de gênero é entender esse “feminino” e esse “masculino”, que vêm da gramática, só que com um cunho sociológico. É ver, nessa convivência social, o que precisa ser revisado na socialização de meninos e meninas para que se tenha um gênero feminino e um gênero masculino sem que um oprima o outro. E isso não tem uma relação direta com a orientação sexual, mas sim com a estrutura social na formação de homens e mulheres, para que o feminino não seja da submissão, sofrimento, opressão e subjugação e o masculino não seja do “vilão”, que reproduza a violência e gere mortes. Tanto é que existem pessoas homoafetivas que reproduzem o gênero de uma forma opressora: um assume a posição masculina tradicional, conservadora e opressora e o outro a posição do oprimido. Por aí se vê que a questão de gênero tem autonomia em relação à orientação sexual.

Vem sendo disseminado que uma “ideologia de gênero” estaria por trás do plano, como se houvesse uma conspiração para implantar determinado pensamento nas crianças. O que você tem a dizer sobre isso?

O papel dos gêneros é uma construção social. Não é uma ideologia, não vem das ideias. Vem do mundo material. Veja só, a antropóloga Margaret Mead estudou, na década de 1960, tribos onde as formas de organização, de relacionamento e de economia eram exatamente o contrário das sociedades ocidentais. Lá, as mulheres é que iam à caça e eram mais fortes que os homens. A lógica deles é que, como a mulher gera outro ser dentro de si, ela é que tem mais poder. Ou seja, aí está a demonstração de que os referenciais de “masculino” e “feminino” dependem das condições de convivência huma-

na e social. Isso não é ideologia, não é essa deturpação que estão colocando. Tem uma base na realidade. E nossa realidade é marcada por expressões de violência muito graves, que nos envergonham como seres humanos e que estão ligadas ao gênero. Outra coisa: o Brasil assinou, oficialmente, diversas convenções internacionais sobre o tema. O País trabalha gênero desde os anos 1990, independente de partido ou de governo, pois é uma política de Estado que segue a Constituição Federal, que fala da não discriminação. Essa é uma bandeira suprapartidária no campo da educação e dos direitos humanos.

Você acha que essa “confusão” em torno do tema é intencional? Há grupos que querem deturpar o assunto propositalmente?

Há indícios de que há interesses políticos – do ponto de vista partidário – que envolvem questões no campo da economia e da crise. E há interesses institucionais. Então eles trazem para o campo da moral uma discussão que não é verídica, a partir de bases de alguns cientistas que têm, claramente, interesses institucionais religiosos. Defendem a família, mas de que tipo de família estamos falando? Estive em uma escola, há 15 dias, onde se celebrou os 9 anos da Lei Maria da Penha, e lá há casos de meninas que estão se mutilando porque vivenciam violência do pai contra a mãe, vivenciam situações de abuso sexual em casa... Isso é violência de gênero. É dessa forma que se defende a família? É importante que as pessoas interessadas nesse debate queiram entender [o tema] de forma lúcida, sem preconceitos, e não de forma ideológica. Nós estamos convidando os grupos que são de “oposição” ao tema para um diálogo, para esclarecer, mas por que eles não querem abrir esse canal de comunicação? Não há interesse. É isso que nos chama a atenção...

Quase todos os argumentos contrários aos planos de educação usam o cristianismo como justificativa. Não parece equivocado que cristãos assumam uma postura intolerante quando se fala de educação para a igualdade entre as pessoas e para o respeito às diferenças?

Surpreende-me essa onda



ELVIRA BARRETTO
PROFESSORA DA UFAL
“Hoje temos possibilidade de ir às raízes dessas questões, entendendo que é possível ter uma vida mais digna, reproduzindo menos barbárie. Por isso que sempre alertamos: essa é uma oportunidade”

que vulgariza a discussão de gênero. Até porque a primeira vez que eu escutei falar da condição feminina e dos direitos da mulher foi na Casa dos Cursos, um local católico, em um debate entra a Dra. Terezinha Ramires e Dom Edvaldo [Amaral]. Nesse mesmo encontro, eu li a passagem bíblica que relata a visita que Nossa Senhora fez à prima Isabel após receber a mensagem do anjo Gabriel sobre sua gravidez e a dela. Naquele momento, eu despertei e pensei que isso era um direito da mulher, de ir e vir, e eu não tinha o direito de sair sem avisar a meia dúzia de gente. O Clero começou a falar em gênero há muito tempo. Vai deixar de falar agora? Mas há algumas igrejas de matriz cristã que já vêm trazendo a questão do gênero para debate dentro da própria instituição, lucidamente, porque entendem a importância de se discutir gênero de uma forma séria e responsável.

A violência contra a mulher e contra os homossexuais é uma das grandes mazelas da atualidade. Fica claro que as relações de gênero estão ligadas aos altos índices de violência, verdade?

Sim. A lógica do sentimento de ser proprietário do outro, a lógica de se sentir valorizado por exercer um “pseudopoder” gera problemas às vezes irremediáveis, como a violência doméstica. E qual o princípio que rege o desejo de extermínio de homossexuais, qual a raiz desse mal-estar com a presença de homossexuais? Se o outro gera um mal-estar ao ponto de eu sentir ódio, o outro não é o problema, o problema está nos referenciais que regem a minha vida. E, no

caso dos homens, a construção dos referenciais do que é “ser masculino” traz uma violência intrínseca. Ele é o que tem o poder, é o que tem que se mostrar forte, o que não pode se parecer com mulher... “Eu preciso ser ‘violento’ para ser admirado”. A violência doméstica tem a ver com isso e esse horror pelos homossexuais, essa homofobia, também vem desse processo. Isso faz parte do androcentrismo e isso, sim, é uma ideologia, que vem da Grécia Antiga, de quando o homem tinha o poder de explicar o mundo e as mulheres e os escravos eram desvalorizados.

Nesse contexto de violência, qual a importância de se olhar a educação também sob a perspectiva do gênero?

É importante trabalhar a questão de gênero nas suas raízes, para que essas “normas” [do homem “vilão” e da mulher oprimida] não sejam normas fixas, mas que as pessoas partam de princípios éticos, de valores, de caráter. Há uma cobrança social para que o homem tenha essa característica e, muitas vezes, ele não aprende na escola a não ser violento, não aprende que tem o direito de não ser violento e que não é por isso que ele vai ser “mulherzinha”. Por que nossas crianças e jovens não têm direito a um outro processo de socialização? Por que isso é ruim? Recentemente, vi uma matéria na TV sobre países que adotaram a perspectiva de gênero, particularmente na educação, e onde diminuiu a gravidez na adolescência, a violência doméstica, o abuso sexual e, inclusive, os abortos. Isso é um ganho. É importante entender essas consequências positivas. Na Espanha e em outros países, há um Ministério da Igualdade de Gênero. E na Espanha não se aumentou o número de gays porque se trabalha gênero, não. Isso é uma lógica irracional! Aqui, as pessoas estão se esquivando de lidar com a realidade e estão partindo para princípios do campo da religiosidade, de um moralismo abstrato e isso é muito sério e perigoso, porque passam a cultura do ódio e da intolerância. A discussão de gênero na educação é algo muito ético, muito sério e a gente está perdendo uma oportunidade grande, aqui no Brasil, de ingressarmos

num tempo de socialização de cidadãos e cidadãs éticos.

Materiais falsos ou apócrifos – como supostas cartilhas – se espalharam pela internet e causaram pânico nos pais. O caso foi denunciado ao Ministério Público Federal por vários sindicatos e movimentos de mulheres como falsidade ideológica. Em que resultou a denúncia?

Foi aberto um inquérito pela Polícia Federal para investigação das fontes do que está sendo veiculado. Vai ser averiguado. Nós estamos notificando o Ministério da Educação (MEC) para servir de exemplo para outros estados e para que se tenha mais respeito à sociedade. A Polícia Federal já me chamou a depor sobre isso, estive lá dando informações e mostrei que não existe material que vem do governo federal para ser adotado. Mostramos provas de que todo o material que se trabalha é para que os professores se instrumentalizem, mas não diretamente junto aos alunos. Existe material de formação para os professores, com nível de cientificidade e seriedade e com base em pesquisas. Esperamos que o inquérito identifique os responsáveis pela difusão do material apócrifo e falsamente atribuído ao MEC.

Você enxerga um jogo eleitoral por trás da discussão inflamada que chegou à Câmara de Vereadores de Maceió e que já contamina os bastidores da Assembleia Legislativa Estadual? Nota-se uma preocupação dos parlamentares em preservar a empatia dos eleitores?

Exatamente. E isso que é preocupante. Os parlamentares poderiam ser vanguarda em uma postura educativa e responsável, porque [estar ali] é um poder que se exerce e que pode contribuir para a sociedade. Mas pouquíssimos assumem a postura de interesse em aprofundar o tema e não se deixam levar por essa vulgarização. Existe, infelizmente, essa tendência da maioria de se voltar para interesses eleitorais, sem preocupação em contribuir para a cidade. Isso é muito sério, é muito triste. O argumento de alguns é esse mesmo: “O que é que eu posso fazer? São meus eleitores. Se eles mudarem de opinião, eu mudo”. O voto é a moeda corrente. ◻